



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DESEMBARGADOR(A) ELEITORAL  
RELATOR(A) DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO  
GRANDE DO SUL**

**Prestação de Contas nº 0602648-41.2022.6.21.0000**

**Procedência:** PORTO ALEGRE-RS

**Prestador:** ADRIANO BRESSAN DEPUTADO ESTADUAL

**Relator(a):** DES. AMADEO HENRIQUE RAMELLA BUTTELLI

**PARECER**

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATO AO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL. PARECER CONCLUSIVO PELA DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS EM RAZÃO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA E DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE GASTOS. DESPESAS PAGAS COM RECURSOS QUE NÃO TRANSITARAM PELAS CONTAS BANCÁRIAS DE CAMPANHA. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 35, § 12, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. AUSÊNCIA DE ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES EXECUTADAS PELOS PRESTADORES DE SERVIÇO E DE APRESENTAÇÃO DE JUSTIFICATIVA DO PREÇO CONTRATADO. DEVOLUÇÃO DOS VALORES AO TESOURO NACIONAL. PERCENTUAL ÍNFIIMO DAS IRREGULARIDADES, EM RELAÇÃO AO TOTAL DA RECEITA DE CAMPANHA. **PARECER PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS E PELA DETERMINAÇÃO DE RECOLHIMENTO DA QUANTIA IRREGULAR AO TESOURO NACIONAL.**

**I – RELATÓRIO.**

Trata-se de prestação de contas, apresentada pelo(a) candidato(a) em epígrafe, na forma da Lei nº 9.504/97 e da Resolução TSE nº 23.607/2019.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

A Secretaria de Controle Interno e Auditoria TRE/RS, conforme Parecer Conclusivo anexado aos autos, opinou pela desaprovação das contas, tendo em vista o recebimento de recursos de origem não identificada (item 3.1) e a existência de irregularidades na comprovação de aplicação de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (item 4.1), cujo valor totaliza R\$ 4.874,70.

Vieram os autos a esta Procuradoria Regional Eleitoral para a apresentação de parecer.

É o relatório.

## II – FUNDAMENTAÇÃO.

Como antes referido, a Unidade Técnica identificou que o prestador recebeu recursos de origem não identificada e que houve a aplicação irregular de recursos públicos do FEFC, nos seguintes termos, *verbis*:

### 3. Dos Recursos de Origem Não Identificada - RONI

*Com base nos procedimentos técnicos de exame e na análise dos extratos bancários eletrônicos, disponibilizados pelo TSE, assim como na documentação apresentada nesta prestação de contas, foi constatado o recebimento e utilização de Recursos de Origem Não Identificada, quando da emissão do Relatório de Exame de Contas ID 45302784:*

*3.1. Foram identificadas as seguintes omissões relativas às despesas constantes da prestação de contas em exame e aquelas constantes da base de dados da Justiça Eleitoral, obtidas mediante circularização e/ou informações voluntárias de campanha e/ou confronto com notas fiscais eletrônicas de gastos eleitorais, revelando indícios de omissão de gastos eleitorais, infringindo o que dispõe o art. 53, I, g, da Resolução TSE n. 23.607/2019:*

*(...)*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

*O candidato apresentou esclarecimentos e manifestações jurídicas ID 45328075, que tecnicamente não alteram as falhas apontadas.*

*Assim, por não comprovação da origem dos recursos utilizados na campanha, considera-se irregular o montante de R\$ 2.374,70, passível de recolhimento ao Tesouro Nacional, conforme o art. 32 da Resolução TSE 23.607/2019.*

4. Do exame de regularidade de despesas realizadas com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FC e Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos – FP

**4.1. Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FC**

*Com base nos procedimentos técnicos de exame e análise dos extratos bancários eletrônicos, disponibilizados pelo TSE, assim como na documentação apresentada nesta prestação de contas, foram constatadas irregularidades<sup>7</sup> na comprovação dos gastos com o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, quando da emissão do Relatório de Exame de Contas ID 45302784.*

*O candidato apresentou esclarecimentos e comprovantes do ID 45328074 ao ID 45328082 e ID 45328333 a ID 45328337, com objetivo de reverter as falhas apontadas no Relatório de Exame de Contas. Após análise dos documentos considera-se parcialmente sanado o apontamento, mantendo-se as irregularidades a seguir:*

DESPESAS PAGAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (FEFC) CONSIDERADAS IRREGULARES								
DATA	CPF / CNPJ	FORNECEDOR	TIPO DE DESPESA	TIPO DE DOCUMENTO	Nº DOCUMENTO FISCAL	VALOR DESPESA (R\$)	VALOR PAGO (R\$)	INCONSISTÊNCIA
09/09/2022	344.531.640-68	CELSON LUIZ DE CASTILHOS PINTO	Despesas com pessoal	Outro - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REMUNERADOS POR PRAZO DETERMINADO PARA FINS DE CAMPANHA ELEITORAL	002	1.500,00	1.500,00	B1 e B3
01/09/2022	248.622.820-91	JOEL ALZIRO LAZZARI	Despesas com pessoal	Outro - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REMUNERADOS POR PRAZO DETERMINADO PARA FINS DE CAMPANHA ELEITORAL	001	1.000,00	1.000,00	B1 e B3

*Detalhamento da inconsistência observada na tabela:*

*B – A documentação de comprovação dos gastos com pessoal não apresenta a integralidade dos detalhes previstos no §12 do art. 35 da Resolução TSE 23607/2019, tais como locais de trabalho, horas trabalhadas, especificação das atividades executadas e justificativa do preço contratado.*

*B1 – Local de trabalho não especificado;*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

*B3 – Justificativa do preço pago não informada, visto que duas contratações pelo mesmo período de tempo, com valores diferenciados e sem diferenciação das atividades.*

*Assim, por não comprovação dos gastos com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FC, considera-se irregular o montante de R\$ 2.500,00, passível de devolução ao Tesouro Nacional, conforme o art. 79, §1º da Resolução TSE 23.607/2019.*

**4.2. Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos – FP**

*Com base nos procedimentos técnicos de exame e na análise dos extratos bancários eletrônicos, disponibilizados pelo TSE, assim como na documentação apresentada nesta prestação de contas, não houve recebimento e aplicação de recursos oriundos do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos.*

As despesas indicadas na tabela do **item 3.1**, relativas ao fornecedor AUTO POSTO COMBOIO LTDA., foram identificadas na base de dados da Justiça Eleitoral, mediante circularização e/ou informações voluntárias de campanha e/ou confronto com notas fiscais eletrônicas de gastos eleitorais, não tendo sido declaradas no SPCE.

Em manifestação (ID 45328075) o prestador afirma que *desconhece a origem das notas fiscais indicadas atinentes ao fornecedor Auto Posto Comboio Ltda, vez que somente foi utilizado combustível junto ao Posto Pedrotti Comércio de Combustíveis Eireli, de acordo com o demonstrativo Id 45247736, nota fiscal e cheque Id 45247746. Salieta-se que nas notas fiscais foi indicado indevidamente o CNPJ 90.011.305/0002-72 por terceiros desconhecidos, e não pelo ora Candidato, porquanto JAMAIS abasteceu qualquer veículo no fornecedor indicado.*

Ocorre que, diante da suposta inexistência de fornecimento dos produtos, cabe ao candidato providenciar o cancelamento dos documentos fiscais e comprová-lo à Justiça Eleitoral, nos termos dos artigos 59 e 92, § 6º, da Resolução



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

TSE nº 23.607/2019. Nesse sentido, este último dispositivo estabelece expressamente que:

§ 6º Na situação de eventual cancelamento de notas fiscais eletrônicas após sua regular informação como válidas pelos órgãos fazendários à Justiça Eleitoral, a prestadora ou o prestador deverá apresentar a comprovação de cancelamento, junto com esclarecimentos firmados pela fornecedora ou pelo fornecedor.

Anota-se ainda que, ultrapassado o prazo para o respectivo cancelamento, seria possível o estorno das Notas Fiscais, conforme Instrução Normativa 98/2011 da Subsecretaria da Receita Estadual do Rio Grande do Sul, o que, igualmente, não foi demonstrado nestes autos.

Assim, na falta de cancelamento ou estorno das notas fiscais, tem-se que as despesas a elas relativas foram pagas com valores que não transitaram pela conta bancária da campanha, configurando recursos de origem não identificada, na importância de R\$ 2.374,70, que deve ser recolhida ao Tesouro Nacional, conforme art. 32, *caput* e § 1º, inc. VI, da Resolução TSE 23.607/2019.

Em relação ao **item 4.1**, o exame técnico apontou irregularidades na comprovação de aplicação de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha. O Parecer Conclusivo traz dois apontamentos relativos às despesas com pessoal, constando como indicativo de inconsistência a letra “B”, com a seguinte descrição: *A documentação de comprovação dos gastos com pessoal não apresenta a integralidade dos detalhes previstos no §12 do art. 35 da Resolução TSE 23607/2019, tais como locais de trabalho, horas trabalhadas, especificação das atividades executadas e justificativa do preço contratado.*

A parte prestadora, em manifestação (ID 45328075), alega que *ocorreu um equívoco quando da juntada dos contratos de prestação de serviço dos contratados, porquanto deixou de ser acostado o Anexo I dos instrumentos*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

*particulares no qual consta o cronograma de atividade e tarefas de cada prestador de serviço, os quais junta nessa oportunidade. Com isso, supridas as inconsistências nesse item.*

A argumentação e o documento citado não se mostram suficientes para afastar as irregularidades.

A utilização de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para o custeio de serviços de militância deve seguir a regra estabelecida no art. 35, § 12, da Resolução TSE nº 23.607/2019, que estabelece que as despesas com pessoal devem ser detalhadas com a identificação integral dos prestadores de serviço, dos locais de trabalho, das horas trabalhadas, da especificação das atividades executadas e da justificativa do preço contratado.

Da análise dos contratos de prestação de serviços e respectivos anexos acostados aos autos (IDs 45247762, 45247759, 45328334 e 45328335), os quais detêm grande similaridade entre si, verificou-se que, de fato, não restou obedecida a regra acima referida, visto que ausentes nos documentos a especificação dos locais de trabalho e da justificativa do preço contratado, em ambos os casos.

Diante disso, deve ser mantida a irregularidade apontada pela Unidade Técnica relativa aos gastos efetuados com despesa de pessoal, pois inviabilizada a certificação de sua regularidade, no montante de **R\$ 2.500,00, ensejando a obrigação de devolução ao erário do valor correspondente, nos termos do art. 79, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.**

Outrossim, as irregularidades apontadas, no montante total de R\$ 4.874,70, representam 6,03% das receitas recebidas pelo prestador (R\$ 80.813,10), percentual que permite, na linha da jurisprudência dessa e. Corte e do TSE, a



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, para aprovar as contas com ressalvas, sem prejuízo do dever de recolhimento da quantia irregular ao Tesouro Nacional.

**III – CONCLUSÃO.**

Em face do exposto, o Ministério Público Eleitoral opina pela **aprovação das contas com ressalvas** e pela determinação de recolhimento do montante de **R\$ 4.874,70** ao Tesouro Nacional.

Porto Alegre, 20 de novembro de 2022.

**José Osmar Pumes,**  
PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL.